

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
SECON - SEÇÃO DE CONTRATAÇÕES



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Inciso I do Art. 72 da Lei 14.133/2021

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de **papel A4 reciclado**, conforme 1.1 deste Termo de Referência.

1.1 Descrição dos produtos que compõem o objeto

Item	Quant.	Descrição	Marca	Valor Unitário ESTIMADO	Valor Total
		Resma de Papel reciclado, formato A4, 210 mm x 297 mm (75 g/m²), superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor, confeccionado com 100% de material reciclado, ou seja, a partir de aparas pré e pós-consumo; em conformidade com a norma ABNT NBR 15.755:2009, sem acréscimo de celulose virgem. Deverá apresentar qualidade de impressão e cópia, sem ocorrência de atolamento em impressora e desgaste ou dano a componentes do equipamento. O papel deverá ter coloração natural clara e possuir			

		<p>certificação de pelo menos um dos seguintes programas sobre o manejo florestal e a rastreabilidade da cadeia de custódia da matéria prima: (1) CERFLOR / INMETRO (Programa Brasileiro de Certificação Florestal) e/ou (2) FSC™ (Forest Stewardship Council TM - Conselho de Manejo Florestal). Referência de qualidade: similar, equivalente ou de melhor qualidade em relação aos produtos das marcas CHAMEX ECO ou RECICLATO REPORT, nos termos permitidos pelo TCU, Acórdão n.º 2401/2006, Plenário, item 9.3.2 e Acórdão 2300/2007.</p> <p>Nota explicativa 1 - São considerados similares, equivalentes, os produtos que têm a mesma natureza, características, medidas, mesmo efeito e idêntico rendimento, admitindo-se, na presente contratação, aqueles que apresentem rendimento superior.</p> <p>* Acórdão 2401/2006 - 9.3.2 cuidar para que o “termo de referência” não contenha a indicação de marcas, a não ser quando devidamente justificada por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido, hipótese em que a descrição do item deverá ser acrescida de expressões como “ou similar”, “ou equivalente”, “ou de melhor qualidade”;</p> <p>Nota explicativa 2 - Os produtos deverão ser acondicionados em resmas contendo 500 (quinhentas) folhas cada uma, envolvidas em papel protetor contra umidade. A embalagem de cada resma deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação e utilização; • Seta de “imprima este lado primeiro”; 		
1	400		R\$ 36,90	R\$ 14.760,00

	<ul style="list-style-type: none"> • Impressão frente e verso; • Dimensões/gramatura; • Fabricante/ marca (caso não seja fabricante indicar “produzido por”); • Selo de certificação ambiental. O papel deverá possuir o certificado CERFLOR emitido pelo INMETRO ou FSC™ (Forest Stewardship Council TM); • Símbolo da reciclagem; • As resmas deverão ser embaladas em caixas de papelão contendo até 10 unidades, das quais deverão constar a quantidade, ou peso líquido, e demais informações pertinentes. <p>Nota explicativa 3 - Para se certificar da qualidade do produto e de sua compatibilidade com as especificações descritas, o TRT poderá solicitar amostra dos produtos ofertados. As empresas que ofertarem produto das marcas CHAMEX ECO ou RECICLATO REPORT serão dispensados da apresentação de amostra, tendo em vista que estas marcas têm sido comumente utilizadas no órgão sem qualquer comprometimento de desempenho ou qualidade.</p>		
TOTAL ESTIMADO			R\$ 14.760,00

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação fundamenta-se no art. 75, II, da Lei 14.133/2021 e justifica-se pela necessidade de reposição de estoque da Sealp. Demais informações acerca da justificativa constam nos autos do processo desta contratação (0000829-29.2026.5.17.0500).

2.1 - Previsão no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA 2026)

Conforme disposto art. 12, §2.º da Resolução 364/2023 CSJT, não há necessidade de previsão de contratações realizadas por dispensa de licitação ou inexigibilidade no PCA TRT17, entretanto, o objeto desta contratação consta do PCA 2026 no item 10 da COMLOG, em caráter informativo, sob o título “Resmas de papel A4 reciclado”, em atenção ao princípio da transparência.

2.2 Critérios de Sustentabilidade

A 4.^a edição do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho, no item 13.1.1.1. Material de expediente e de gráfica, destaca que:

“Deverá ser priorizada a aquisição de papel reciclado ou branco, livres de cloro (PCF, TCF ou ECF). A escolha deverá levar em consideração o tipo do produto, a sua finalidade e o custo-benefício da aquisição, devendo ser justificada nos autos. No caso do papel A4, utilizado nas impressões, a escolha entre papel branco ou reciclado deve ser feita com cautela, tendo em vista, por exemplo, a queda na qualidade da imagem na digitalização de documentos.”

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Pela inexigência de se elaborar o Estudo Técnico Preliminar para o objeto desta contratação, a descrição encontra-se contemplada no item 1 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 - Reconhecimento da necessidade do objeto - contratante;
- 4.2 - Existir recursos financeiros para custear a solução - contratante;
- 4.3 - Preço estimado no mercado de contratações públicas, de modo a servir de referência para julgamento da disputa - contratante;
- 4.4 - Especificações objetivas - contratante;
- 4.5 - Dimensionamento da demanda, a partir de informações prestadas pelo requisitante - contratante;
- 4.6 - Análise de viabilidade da aplicação de **critérios de sustentabilidade**, segundo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - contratante;
- 4.7 - Definição de público-alvo - servidores, colaboradores e público interessado - contratante;
- 4.8 - Estabelecimento de **critérios mínimo de habilitação** - contratante;
- 4.9 - **Assegurar** exclusividade ou **preferência de contratação de MEs ou EPPs**, conforme dispõe LC 123/2006 - contratante;
- 4.10 - **Ter sanções inibidoras de comportamentos indesejáveis**, como (mínimo) - contratante:
 - 1. Descumprimento de prazos;
 - 2. Descumprimento de obrigações com habilitação;
 - 3. Descumprimento de especificações.
- 4.11 - **Critério de disputa do certame - Menor preço global** - contratante;
- 4.12 - **Forma de contrato** - mediante **emissão de nota de empenho**, em função do disposto no **art. 95/II da Lei 14.133/2021** - contratante;
- 4.13 - Empresa contratada ter expertise no fornecimento do objeto, além de estar habilitada para assumir o compromisso contratado.
- 4.14 - **CONSULTA AO CADIN E IMPEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

4.14.1 O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da convocação para assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.

4.14.1.1 Havendo pendência no CADIN, a adjudicatária será notificada, para, no prazo de 10(dez) dias úteis, comprovar a regularização da situação.

4.14.1.2 O não regularização da situação no CADIN será interpretada como recusa da empresa em formalizar o ajuste, ficando o responsável sujeito às seguintes sanções, a serem aplicadas em regular processo administrativo sancionador, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI N.º 49/2024, ou de outro que o substitua, e da Lei nº 9.784/1999:

a) Perda do direito à assinatura do contrato ou da emissão do instrumento equivalente;

b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 6 (seis) meses, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e

c) Registro da ocorrência no SICAF.

4.14.1.3 Permanecendo a pendência no CADIN, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.

4.14.2 A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto.

4.14.2.1 A existência de registro no CADIN impedirá a formalização de aditivos, com exceção de aditivos que decorrem do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.14.2.2 A critério da Administração, pode ser concedido prazo para a regularização.

4.14.2.3 Mantida a irregularidade, a Administração pode, mediante decisão motivada, avaliar a rescisão contratual, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou do fornecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

a) A empresa, após receber a Nota de Empenho, estará autorizada a realizar a entrega dos produtos no endereço indicados neste termo.

b) Após os produtos terem suas especificações atestadas pela unidade fiscal da contratação, a empresa enviará, por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (Sigeo-JT), a nota fiscal do produto.

c) Em seguida, a unidade fiscal atestará a nota fiscal e solicitará o pagamento à empresa.

5.1 - Efetivação da contratação

A contratação será efetivada por meio da emissão de Nota de Empenho, da qual a Contratada será comunicada, via e-mail.

5.2 - Recebimento do objeto

a) O material será recebido, provisoriamente, no ato da entrega no Almoxarifado, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

a) O material será recebido, definitivamente, pelo responsável pela fiscalização no prazo de até **5**

(cinco) dias contados da data do recebimento provisório.

5.3 - Local, dias e horário de entrega

Local de entrega: Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRT da 17.^a Região (SEALP), situado na **Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 - Térreo - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29050-335 (Acesso pela Rua Professor Belmiro Siqueira).**

Telefones de contato: (27) 3185-2255 / (27) 3185-2258 / (27) 3185-2259

Dias e horário: De segunda a sexta-feira, das 13 às 18 horas.

5.4 - Prazo de entrega

A entrega deverá ser feita em uma única etapa e no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A seção responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega será a Seção de Almoxarifado e Patrimônio (SEALP), por seu chefe (titular, substituto ou interino) ou por servidor designado por este.

Caberá à fiscalização:

6.1 - Verificação técnica do objeto entregue conforme especificações.

6.2 - Receber definitivamente o OBJETO (em conformidade com o item 5.2 deste Termo de Referência), bem como adotar providências para que sejam feitos os devidos pagamentos à contratada.

6.3 - Notificar a CONTRATADA sobre eventuais problemas que impeçam o recebimento, bem como indicação de retenções em faturas, se for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - A Contratada deverá realizar cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e enviar, via sistema, a nota fiscal/fatura para a conferência e a realização do ateste por parte da fiscalização do Contratante, em conformidade com o ATO TRT 17.^a PRESI/DIGER. n.º 3/2022;

7.2 - O pagamento será efetuado em **até 5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento definitivo do objeto acompanhado de Nota Fiscal.

7.3 - Ultrapassado o prazo para pagamento previsto neste contrato, por responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, cujos juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês), ou 6% (seis por cento ao ano), conforme as seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)/365$ $EM = I \times N \times VP$	<p>Onde:</p> <p>I = índice de atualização financeira;</p> <p>TX = percentual da taxa de juros de mora anual;</p> <p>EM = encargos moratórios;</p> <p>N = número de dias entre o vencimento e a data do efetivo pagamento; e</p> <p>VP = valor da parcela em atraso.</p>
--	---

7.4 - Haverá retenção provisória dos valores das penalidades previstas no item 12 deste Termo de Referência enquanto não houver decisão final acerca da multa.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 - O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação na forma eletrônica e critério de julgamento de menor preço, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021.

8.2 - O regime de execução não se aplica às compras diretas de bens ou prestação de serviços que não se caracterizam como de engenharia.

8.3 - Habilitação

8.3.1 - A contratada deverá manter atualizada a documentação exigida para contratação, comprovando sua regularidade fiscal quanto ao recolhimento do INSS (CND), o FGTS (CRF) e os Tributos Federais (CND Receita Federal), CNJ (Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), possuir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e não ter impedimento de licitar registrado no SICAF.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - **CONTRATANTE:** Manter pessoal no local e horário indicados neste termo para receber o objeto contratado; pagar ao contratado o valor contratado, no prazo estipulado neste termo. Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados.

9.2 - **CONTRATADA:** Entregar o objeto contratado no prazo determinado e no local indicado neste termo; manter suas certidões habilitatórias atualizadas.

10. DA PARTICIPAÇÃO PREFERENCIAL DE ME/EPP

Será adotado o critério de **participação exclusiva** de ME/EPP.

11. REAJUSTE

Não se aplica.

12. SANÇÕES

Aplicadas em acordo às disposições expostas entre artigos 155 e 166 da Lei 14.133/2021 e quadro exposto a seguir:

Conduta	Sanção
1. Atraso na entrega do objeto, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	Atraso superior a 10 dias: MULTA de 1% ao dia até o limite de 20% sobre o valor do montante em atraso, contados do primeiro dia de atraso.
2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 3. Dar causa à inexecução total do contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	Multa de 10% sobre o valor do contrato; Impedimento de licitar e contratar por 12 meses.
6. Apresentar declaração ou documentação falsa; 7. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; 10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 10% sobre o valor do contrato; Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.1 - Se aplicada e não recolhida no prazo de 10 dias úteis (contados da notificação), a multa será inscrita como Dívida Ativa da União e cobrado mediante execução judicial.

12.2 - O atraso na entrega igual ou superior a 10 (dez) dias poderá, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, ensejar a rescisão contratual.

13. EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de dispositivos e condições da contratação, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

13.2 - A extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14. NOTIFICAÇÕES

14.1 - **Todas as notificações ocorrerão via correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa contratada informá-lo e mantê-lo atualizado;**

14.2 - Caberá à empresa monitorar a conta de correio eletrônico fornecida, não cabendo nenhuma alegação, por parte da contratada, de que não teve conhecimento das notificações realizadas por este TRT;

14.3 - As notificações deverão ser respondidas em até **3 (três) dias úteis**, sendo a contagem desse prazo iniciada no primeiro dia útil seguinte ao envio do e-mail referente à notificação;

14.4 - A empresa deverá manter atualizado o e-mail informado à Administração. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada ao TRT. Caso contrário, será considerada válida qualquer notificação enviada à contratada por meio do endereço eletrônico por ela indicado à Administração.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 - **Valor total estimado: R\$ 14.760,00** (quatorze mil setecentos e sessenta reais) para o fornecimento de todo o material descrito no item 1 deste TR.

15.2 - **Valor a ser contratado:** dentre as propostas apresentadas, aquela que ofertar o menor preço, desde que igual ou inferior ao valor unitário estimado para o item.

16. SUBCONTRATAÇÃO

Não permitida.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se aplica, por não se justificar técnica e economicamente.

18. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

18.1 – 90 dias, conforme Código de Defesa do Consumidor.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A despesa decorrente da execução desta contratação, no exercício de **2026**, correrão à conta dos recursos orçamentários do Programa **168188** - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas, Fonte **1000000000**, Elemento de Despesa **3.3.90.30** - **Material de Consumo**.

20. DA VIGÊNCIA

20.1 - A contratação terá vigência de 100 (cem) dias, contados da ciência da nota de empenho.

20.2 - Este prazo poderá ser prorrogado mediante autorização prévia do Diretor-Geral deste Tribunal.

21. FORO

Para dirimir todas as questões oriundas da contratação e contrato dela decorrente, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Souza De Oliveira**, **Chefe de Seção**, em 08/06/2026, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://www.trt17.jus.br/principal/documentos/autenticidade> informando o código verificador **1319141** e
o código CRC **FD9F6C26**.

0000829-29.2026.5.17.0500

1319141v4